

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

A

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Pedido liminar – Resposta em peça única – Separação de poderes – Superlotação de unidade prisional – Incompetência do Ministério Público – Competência do juízo da execução penal – Violação do princípio do promotor natural – ausência de pressuposto processual – Carência de ação – Utilização da via administrativa – Omissão estatal irrelevante – Discricionariedade administrativa – Atos tipicamente políticos – *Ação Civil Pública e Separação de Poderes – Da Interferência do Ministério Público no exercício da discricionariedade político-administrativa do Estado – um estudo de caso – Raphael Augusto Sofiati de Queiroz* 194
- AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE** – Prova de filiação – Efeitos previdenciários – Presunção de paternidade – Inexistência de fundamento para negar o pensionamento – Validade da certidão de nascimento – Desnecessidade – *Parecer s/nº 2000 – Carlos Augusto Zanandréa* 371
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** – Artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – Polícia Civil – Lei Orgânica – Poder Constituinte Decorrente – Lei Complementar – inexistência – lei ordinária – Chefe do Poder Executivo – iniciativa exclusiva – cerceamento – simetria – inobservância – *Decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – Gustavo Binenbojm – O Estado em Juízo* 464
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº (68) 497-2-RJ** – Lei Complementar Estadual nº 68/90 – Lei Complementar Estadual nº 62/90 – Lei Complementar Estadual nº 63/90 – controle concentrado de constitucionalidade – alteração constitucional superveniente – prejudicial – *Poder Judiciário* 411
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2.314-4-RJ** – medida liminar – conveniência – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – observância – Lei Orgânica – Polícia Civil Estadual – Poder Constituinte Decorrente – *Poder Judiciário* 419
- AÇÃO POPULAR** – Contestação – procedimento licitatório – sustação – interesse de agir – ausência – lesividade – inexistência – objeto contratual – reprodução gráfica – licitude – Lei nº 9.504/97 – contrato administrativo – extinção – cessão – transferência – subcontratação – *Flávio Amaral Garcia – O Estado em Juízo* 476
- AÇÃO PREFERENCIAL DE CLASSE ESPECIAL (GOLDEN SHARE)** – Sociedade de Propósito Específico (SPE) – Securitização de recebíveis – *Royalties* do petróleo – Contratação do Banco do Brasil – Noção de securitização – Definição de operação de crédito – Comparação – Cessão – Valores recebíveis – Fiscalização e controle – Atividades da SPE – agente fiduciário dos debenturistas – *Parecer conjunto nº 01/2001 – Marcos Juruena Villela Souto – Henrique Bastos Rocha* 304

- ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA** – Recurso Especial – tributo – compensação – ICMS – ausência de lei autorizativa – ilegalidade – *Gustavo Amaral Martins – Prêmio Jurídico José Carlos Barbosa Moreira – Assuntos Gerais* 506
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** – Formas – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – *Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva* 27
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL** – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – *Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva* 27
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL** – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – *Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva* 27
- AGÊNCIAS REGULADORAS** – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – *O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico – Alexandre Santos de Aragão* 137
- AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS** – Sociedade de Propósito Específico (SPE) – Securitização de recebíveis – *Royalties* do petróleo – Contratação do Banco do Brasil – Noção de securitização – Definição de operação de crédito – Comparação – Cessão – Valores recebíveis – Fiscalização e controle – Atividades da SPE – ação preferencial de classe especial (“Golden Share”) – *Parecer conjunto nº 01/2001 – Marcos Juruena Villela Souto – Henrique Bastos Rocha* 304
- AGRAVO REGIMENTAL** – mandado de segurança – intervenção litisconsorcial voluntária ativa – admissão após medida liminar – inconstitucionalidade – ilegalidade – juiz natural – contraditório – ampla defesa – fundamentação das decisões judiciais – *Flávio de Araújo Willeman – O Estado em Juízo* 449
- ALIENAÇÃO DE AÇÕES** – licitação – necessidade – Obediência à legislação e ao acordo de acionistas – Adimplemento pelo Estado – Cobrança judicial

– Transação – Inexigibilidade de licitação – Alteração do convênio – Nova autorização legislativa – <i>Parecer conjunto s/nº 2001 – Paulo Henrique Spilotros Costa – Marcos Juruena Villela Souto – Henrique Bastos Rocha – Sérgio Luiz Barbosa Neves</i>	215
AMPLA DEFESA – Agravo Regimental – mandado de segurança – intervenção litisconsorcial voluntária ativa – admissão após medida liminar – inconstitucionalidade – ilegalidade – juiz natural – contraditório – fundamentação das decisões judiciais – <i>Flávio de Araújo Willemann – O Estado em Juízo</i>	449
ANULAÇÃO – ato ilegal – Direito da Administração Pública – Imprescritibilidade – Pagamento de vantagem pecuniária – Valores pagos indevidamente – Possibilidade de ressarcimento – Pretensão ressarcitória – Prazo prescricional vintenário – Permissão de uso – Licitação deserta – Aproveitamento das propostas – Possibilidade – Camarotes do Maracanã – Justificativa discricionária – <i>Parecer nº 06/2000 – Flávio Amaral Garcia</i>	399
ANULAÇÃO – Vantagens pecuniárias indevidas – pagamentos – atos ilegais – Administração Pública – imprescritibilidade – <i>Parecer nº 05/2001 – Marcelo Lopes da Silva</i>	259
ARAGÃO, Alexandre Santos de – acordo de programa – convênio – empresa privada – Instrumentos consensuais da atividade administrativa de fomento – Admissibilidade desde que observados os princípios e as cautelas aplicáveis – <i>Parecer nº 11/2000</i>	280
ARAGÃO, Alexandre Santos de – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico</i>	137
ARAÚJO, Valter Shuënquener de – princípios constitucionais – Prevalência – Hierarquização axiológica – Hierarquização valorativa – Impossibilidade – Dignidade da pessoa humana – Inexistência de primazia absoluta – Conceitos indeterminados – Mutações históricas – Limites – Direitos sociais – Direitos humanos – Proteção – Contrato Social – Preservação – <i>Hierarquização Axiológica de Princípios – Relativização do Princípio da Dignidade da Pessoa e o Postulado da preservação do Contrato Social</i>	82
ARTIGO 118, PARÁGRAFO ÚNICO, X, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – medida liminar – conveniência – processo legislativo – normas federais – observância – Lei Orgânica – Polícia Civil Estadual – Poder Constituinte Decorrente – <i>Poder Judiciário</i>	419
ARTIGO 118, PARÁGRAFO ÚNICO, X, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Ação Direta de Inconstitucionalidade – processo legislativo – normas federais – Polícia Civil – Lei Orgânica – Poder Constituinte Decorrente – Lei Complementar – inexigibilidade – lei ordinária – Chefe do Poder Executivo – iniciativa exclusiva – cerceamento – simetria – inobservância – <i>Decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – Gustavo Binenbojm – O Estado em Juízo</i>	464

ATIVIDADE ECONÔMICA – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico – Alexandre Santos de Aragão</i>	137
ATIVIDADES PRIVADAS DE INTERESSE PÚBLICO – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico – Alexandre Santos de Aragão</i>	137
ATO ILEGAL – Anulação – Direito da Administração Pública – Imprescritibilidade – Pagamento de vantagem pecuniária – Valores pagos indevidamente – Possibilidade de ressarcimento – Pretensão ressarcitória – Prazo prescricional vintenário – Permissão de uso – Licitação deserta – Aproveitamento das propostas – Possibilidade – Camarotes do Maracanã – Justificativa discricionária – <i>Parecer nº 06/2000 – Flávio Amaral Garcia</i>	399

B

BECHARA, Renata Guimarães Soares – empregado de empresa pública – Reenquadramento – Direito adquirido – <i>Parecer nº 03/2000</i>	376
<i>Promoção s/nº/2000 – Victor Farjalla ao Parecer nº 03/2000 – Renata Guimarães Soares Bechara</i>	381
BEM PÚBLICO – Estádio de futebol – Construção – Financiamento – Venda de títulos em caráter perpétuo – concessão de uso – Bem público – “Taxa” de manutenção e conservação das “cadeiras perpétuas” no Estádio do Maracanã – Direito adquirido ao não pagamento de custos de preservação do bem sobre o qual o direito é exercido – Inexistência – <i>Parecer nº 01/2000 – Marcos Juruena Villela Souto</i>	337
BEM PÚBLICO – Estádio de futebol – Construção – Financiamento – Venda de títulos em caráter perpétuo – concessão de uso – “Taxa” de manutenção e conservação das “cadeiras perpétuas” no Estádio do Maracanã – Direito adquirido ao não pagamento de custos de preservação do bem sobre o qual o direito é exercido – Inexistência – <i>Parecer nº 01/2000 – Marcos Juruena Villela Souto</i>	337
BINENBOJM, Gustavo – férias cumuladas – Necessidade do serviço – Impossibilidade de conversão em pecúnia – Vedação da contagem em dobro para aposentadoria – Direito fundamental – Princípio da vedação do enriquecimento sem causa – <i>Parecer nº 01/2002</i>	236
BINENBOJM, Gustavo – Ação Direta de Inconstitucionalidade – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – Polícia Civil – Lei Orgânica – Poder Constituinte Decorrente – Lei Complementar – inexigibilidade – lei ordinária – Chefe	

do Poder Executivo – iniciativa exclusiva – cerceamento – simetria – inobservância – *Decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – O Estado em Juízo* 464

C

CALLAGE, Carlos – *Promoção s/nº/2000 – ao Parecer nº 01/2000 – Fábio Giusto Morolli* 390

CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE ENERGÉTICA – metas de consumo de energia – Estado do Rio de Janeiro – Irrazoabilidade – Critérios formulados – Isonomia – Dignidade humana – Possibilidade de medida judicial – Estudo técnico pertinente – *Parecer nº 26/2001 – Paulo Henrique Spilotros Costa* . 287

CÂMARA, Hugo Travassos Sette e – Distribuição de água – tratamento de esgotos – ente federado competente – região metropolitana – município não-integrante – CEDAE – convênio – cláusulas exorbitantes – inaplicabilidade – *Parecer nº 03/2001 – Prêmio Jurídico Diogo de Figueiredo Moreira Neto – Assuntos Gerais* 493

CÂMARA, Hugo Travassos Sette e – portaria do DETRAN – Código de trânsito brasileiro – Transferência de veículo – Sequência de registro – Vedação – poder regulamentar – exercício – Inexistência – Predomínio do interesse público – Decreto legislativo incabível – *Parecer nº 01/2001* 392

CARGO EM COMISSÃO – Reembolso de quantias pagas – Servidor cedido – Atribuição do órgão ou entidade cedente – *Parecer nº 02/2001 – Marianna Souza Soares Montebello* 248

CARVALHO, Vanessa Cerqueira Reis de – contratação por prazo determinado – concurso público – Regime Celetista – Princípios e regras jurídicas – Diferenças – Declaração de nulidade – Contratações inconstitucionais – Presunção de legalidade do ato administrativo – Indenização – Prevalência do interesse público – Desvio de poder – *O Princípio do Concurso Público e a Contratação por prazo determinado* 112

CESSÃO – Contestação – ação popular – procedimento licitatório – sustação – interesse de agir – ausência – lesividade – inexistência – objeto contratual – reprodução gráfica – licitude – Lei nº 9.504/97 – contrato administrativo – extinção – transferência – subcontratação – *Flávio Amaral Garcia – O Estado em Juízo* 476

CESSÃO DE USO – imóvel estadual – Possibilidade de revogação por parte do Poder Público – Prazo determinado – Provável indenização – *Parecer nº 13/2000 – Marcelo Cinelli de Paula Freitas* 275

CLÁUSULAS EXORBITANTES – Distribuição de água – tratamento de esgotos – ente federado competente – região metropolitana – município não-integrante – CEDAE – convênio – inaplicabilidade – *Parecer nº 03/2001 – Hugo Travassos Sette e Camara – Prêmio Jurídico Diogo de Figueiredo Moreira Neto – Assuntos Gerais* 493

CLT – regime jurídico – aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública

gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – *Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva* 27

CÓDIGO CIVIL DE 2002 – regime societário – Direito Comercial – Direito Civil – Unificação – Sociedades personificadas – Sociedades não-personificadas – Teoria da empresa – Função social da empresa – Preservação da unidade econômica – Autonomia patrimonial – Teoria da desconsideração da personalidade jurídica – *Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil – Carla C. Marshall* 65

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – portaria do DETRAN – Transferência de veículo – Sequência de registro – Vedação – poder regulamentar – exercício – Inexistência – Predomínio do interesse público – Decreto legislativo incabível – *Parecer nº 01/2001 – Hugo Travassos Sette e Camara* 392

COMPENSAÇÃO – Recurso Especial – tributo – Adicional de Imposto de Renda – ICMS – ausência de lei autorizativa – ilegalidade – *Gustavo Amaral Martins – Prêmio Jurídico José Carlos Barbosa Moreira – Assuntos Gerais* 506

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA – conflito – ITD – prazo para pagamento – pensão alimentícia – renúncia – Cobrança do ITD – Excesso de meação ideal ou quinhão – Necessidade de Lei Complementar Nacional – *Parecer nº 01/2000 – Fábio Giusto Morolli* 384
Promoção s/nº/2000 – Carlos Callage ao Parecer nº 01/2000 – Fábio Giusto Morolli 390

CONCESSÃO DE USO – bem público – Estádio de futebol – Construção – Financiamento – Venda de títulos em caráter perpétuo – “Taxa” de manutenção e conservação das “cadeiras perpétuas” no Estádio do Maracanã – Direito adquirido ao não pagamento de custos de preservação do bem sobre o qual o direito é exercido – Inexistência – *Parecer nº 01/2000 – Marcos Juruena Villela Souto* 337

CONCURSO PÚBLICO – Contratação por prazo determinado – Regime Celetista – Princípios e regras jurídicas – Diferenças – Declaração de nulidade – Contratações inconstitucionais – Presunção de legalidade do ato administrativo – Indenização – Prevalência do interesse público – Desvio de poder – *O Princípio do Concurso Público e a Contratação por prazo determinado – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho* 112

CONFLITOS COLETIVOS – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – *Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva* 27

CONSELHO DE CONTRIBUINTES – Recurso Ordinário – Mandado de Segurança – direito tributário – procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – recurso hierárquico – Secretário de Estado de Fazenda – órgão colegiado – natureza definitiva – isonomia processual –

devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 11.976-RJ – Poder Judiciário</i>	426
CONTRADITÓRIO – Agravo Regimental – mandado de segurança – intervenção litisconsorcial voluntária ativa – admissão após medida liminar – inconstitucionalidade – ilegalidade – juiz natural – ampla defesa – fundamentação das decisões judiciais – <i>Flávio de Araújo Willemann – O Estado em Juízo</i>	449
CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO – concurso público – Regime Celetista – Princípios e regras jurídicas – Diferenças – Declaração de nulidade – Contratações inconstitucionais – Presunção de legalidade do ato administrativo – Indenização – Prevalência do interesse público – Desvio de poder – <i>O Princípio do Concurso Público e a Contratação por prazo determinado – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho</i>	112
CONTRATO ADMINISTRATIVO – Contestação – ação popular – procedimento licitatório – sustação – interesse de agir – ausência – lesividade – Inexistência – objeto contratual – reprodução gráfica – licitude – Lei nº 9.504/97 – extinção – cessão – transferência – subcontratação – <i>Flávio Amaral Garcia – O Estado em Juízo</i>	476
CONTRATO REALIDADE – Primazia da realidade – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva</i>	27
CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº (68) 497-2-RJ – Lei Complementar Estadual nº 68/90 – Lei Complementar Estadual nº 62/90 – Lei Complementar Estadual nº 63/90 – alteração constitucional superveniente – prejudicial – <i>Poder Judiciário</i>	411
CONVENIÊNCIA – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – medida liminar – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – observância – Lei Orgânica – Polícia Civil Estadual – Poder Constituinte Decorrente – <i>Poder Judiciário</i>	419
CONVÊNIO – Distribuição de água – tratamento de esgotos – ente federado competente – região metropolitana – município não-integrante – CEDAE – cláusulas exorbitantes – inaplicabilidade – <i>Parecer nº 03/2001 – Hugo Travassos Sette e Camara – Prêmio Jurídico Diogo de Figueiredo Moreira Neto – Assuntos Gerais</i>	493
CONVÊNIO – empresa privada – Instrumentos consensuais da atividade administrativa de fomento – Acordo de programa – Admissibilidade desde que observados os princípios e as cautelas aplicáveis – <i>Parecer nº 11/2000 – Alexandre Santos de Aragão</i>	280
COSTA, Paulo Henrique Spilotros – direito de licitar – Suspensão temporária – Abrangência da penalidade – Princípio federativo – Limites estaduais, mu-	

nicipais ou federal – Não extensão – Impedimento – Restrição aos órgãos e entidades do Estado – <i>Parecer nº 23/2001</i>	297
COSTA, Paulo Henrique Spilotros – metas de consumo de energia – Estado do Rio de Janeiro – Irrazoabilidade – Critérios formulados – Câmara de Gestão da Crise Energética – Isonomia – Dignidade humana – Possibilidade de medida judicial – Estudo técnico pertinente – <i>Parecer nº 26/2001</i>	287
COSTA, Paulo Henrique Spilotros; SOUTO, Marcos Jurueña Villela; ROCHA, Henrique Bastos; NEVES, Sérgio Luiz Barbosa – alienação de ações – licitação – necessidade – Obediência à legislação e ao acordo de acionistas – Adimplemento pelo Estado – Cobrança judicial – Transação – Inexigibilidade de licitação – Alteração do convênio – Nova autorização legislativa – <i>Parecer conjunto s/ nº 2001</i>	215

D

DESPESA – classificação – Lei de Responsabilidade Fiscal – Terceirizações – Substituição de pessoal – Outras despesas de pessoal – <i>Parecer nº 05/2001 – Marcos Jurueña Villela Souto</i>	352
DESREGULAMENTAÇÃO – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva</i>	27
DESVIO DE PODER – contratação por prazo determinado – concurso público – Regime Celetista – Princípios e regras jurídicas – Diferenças – Declaração de nulidade – Contratações inconstitucionais – Presunção de legalidade do ato administrativo – Indenização – Prevalência do interesse público – <i>O Princípio do Concurso Público e a Contratação por prazo determinado – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho</i>	112
DEVIDO PROCESSO LEGAL – Legislativo Estadual – restrição – Plantio de eucalipto – Transgressão – Princípios constitucionais – intervenção no domínio econômico – ilegitimidade – Ordem econômica – Competência da União – Usurpação – Isonomia – Violação – Princípios da Separação e Independência dos Poderes – Medida Restritiva – Polícia administrativa – Poder Executivo – Função privativa – Proporcionalidade – Sacrifício a direitos patrimoniais – prévia indenização – <i>Pode o Legislativo Estadual proibir atividades que são permitidas no resto do País (Lei Capixaba nº 6.780/2001)? – Maria Luiza Werneck dos Santos</i>	175
DEVIDO PROCESSO LEGAL – Recurso Ordinário – Mandado de Segurança – direito tributário – procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – Conselho de Contribuintes – recurso hierárquico – Secretário de Estado de Fazenda – órgão colegiado – natureza definitiva – isonomia processual – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 11.976-RJ – Poder Judiciário</i>	426

DIFERENÇA – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico</i> – Alexandre Santos de Aragão	137
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – princípios constitucionais – Prevalência – Hierarquização axiológica – Hierarquização valorativa – Impossibilidade – Inexistência de primazia absoluta – Conceitos indeterminados – Mutações históricas – Limites – Direitos sociais – Direitos humanos – Proteção – Contrato Social – Preservação – <i>Hierarquização Axiológica de Princípios – Relativização do Princípio da Dignidade da Pessoa e o Postulado da preservação do Contrato Social</i> – Valter Shuenquener de Araújo	82
DIREITO À SAÚDE – Defesa do Estado – Proteção do direito à vida – Constituição Federal art. 196 – Dever do Estado – Fornecimento de medicamentos – Responsabilidade solidária – Entes federativos – <i>O fornecimento de medicamentos pelo Estado</i> – Lúcia Léa Guimarães Tavares	101
DIREITO ADQUIRIDO – empregado de empresa pública – Reenquadramento – <i>Parecer nº 03/2000</i> – Renata Guimarães Soares Bechara	376
<i>Promoção s/nº/2000</i> – Victor Farjalla – ao <i>Parecer nº 03/2000</i> – Renata Guimarães Soares Bechara	381
DIREITO CIVIL – Direito Comercial – Unificação – regime societário – Código Civil de 2002 – Sociedades personificadas – Sociedades não-personificadas – Teoria da empresa – Função social da empresa – Preservação da unidade econômica – Autonomia patrimonial – Teoria da desconsideração da personalidade jurídica – <i>Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil</i> – Carla C. Marshall	65
DIREITO COMERCIAL – Direito Civil – Unificação – regime societário – Código Civil de 2002 – Sociedades personificadas – Sociedades não-personificadas – Teoria da empresa – Função social da empresa – Preservação da unidade econômica – Autonomia patrimonial – Teoria da desconsideração da personalidade jurídica – <i>Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil</i> – Carla C. Marshall	65
DIREITO DE LICITAR – Suspensão temporária – Abrangência da penalidade – Princípio federativo – Limites estaduais, municipais ou federal – Não extensão – Impedimento – Restrição aos órgãos e entidades do Estado – <i>Parecer nº 23/2001</i> – Paulo Henrique Spilotros Costa	297
DIREITO DO TRABALHO UNIFICADO – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis</i> – Leonor Nunes de Paiva	27

DIREITO ECONÔMICO – proporcionalidade – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico</i> – Alexandre Santos de Aragão	137
DIREITO FUNDAMENTAL – férias cumuladas – Necessidade do serviço – Impossibilidade de conversão em pecúnia – Vedação da contagem em dobro para aposentadoria – Princípio da vedação do enriquecimento sem causa – <i>Parecer nº 01/2002</i> – Gustavo Binenbojm	236
DIREITO TRIBUTÁRIO – Recurso Ordinário – Mandado de Segurança – procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade de Conselho de Contribuintes – recurso hierárquico – Secretário de Estado de Fazenda – órgão colegiado – natureza definitiva – isonomia processual – devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 11.976-RJ</i> – Poder Judiciário	426
DIREITOS HUMANOS – proteção – princípios constitucionais – Prevalência – Hierarquização axiológica – Hierarquização valorativa – Impossibilidade – Dignidade da pessoa humana – Inexistência de primazia absoluta – Conceitos indeterminados – Mutações históricas – Limites – Direitos sociais – Contrato Social – Preservação – <i>Hierarquização Axiológica de Princípios – Relativização do Princípio da Dignidade da Pessoa e o Postulado da preservação do Contrato Social</i> – Valter Shuenquener de Araújo	82
DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA – ação civil pública – Pedido liminar – Resposta em peça única – Separação de poderes – Superlotação de unidade prisional – Incompetência do Ministério Público – Competência do juízo da execução penal – promotor natural – violação – ausência de pressuposto processual – Carência de ação – Utilização da via administrativa – Omissão estatal irrelevante – Atos tipicamente políticos – <i>Ação Civil Pública e Separação de Poderes – Da Interferência do Ministério Público no exercício da discricionariedade político-administrativa do Estado – um estudo de caso</i> – Raphael Augusto Sofiati de Queiroz	194

E

ECUMENISMO – Representação por inconstitucionalidade nº 141/2000 – Lei Estadual nº 3.459/2000 – escolas da rede pública – ensino religioso confessional – vícios materiais e formais – crença religiosa – confessionalismo religioso – liberdade de religião – princípio fundamental – magistério – habilitação específica – discriminação – inexistência – religiões diversas – <i>Poder Judiciário</i>	439
EFEITOS PREVIDENCIÁRIOS – prova de filiação – Presunção de paternidade – Inexistência de fundamento para negar o pensionamento – Validade da certidão de nascimento – Ação de Investigação de paternidade – Desnecessidade – <i>Parecer s/ nº 2000</i> – Carlos Augusto Zanandrea	371

EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA – Reenquadramento – Direito adquirido – <i>Parecer nº 03/2000 – Renata Guimarães Soares Bechara</i>	376
<i>Promoção s/n/2000 – Victor Forjalla – ao Parecer nº 03/2000 – Renata Guimarães Soares Bechara</i>	381
ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA – férias cumuladas – Necessidade do serviço – Impossibilidade de conversão em pecúnia – Vedação da contagem em dobro para aposentadoria – Direito fundamental – vedação – <i>Parecer nº 01/2002 – Gustavo Binimbojm</i>	236
EXTINÇÃO – Contestação – ação popular – procedimento licitatório – sustação – interesse de agir – ausência – lesividade – inexistência – objeto contratual – reprodução gráfica – licitude – Lei nº 9.504/97 – contrato administrativo – cessão – transferência – subcontratação – <i>Flávio Amaral Garcia – O Estado em Juízo</i>	476
F	
FARJALLA, Victor – <i>Promoção s/nº/2000 ao Parecer nº 03/2000 – Renata Guimarães Soares Bechara</i>	381
FÉRIAS CUMULADAS – Necessidade do serviço – Impossibilidade de conversão em pecúnia – Vedação da contagem em dobro para aposentadoria – Direito fundamental – Princípio da vedação do enriquecimento sem causa – <i>Parecer nº 01/2002 – Gustavo Binimbojm</i>	236
FLEXIBILIZAÇÃO – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Cíveis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva</i>	27
FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS – direito à saúde – Defesa do Estado – Proteção do direito à vida – Constituição Federal, art. 196 – dever do Estado – Responsabilidade solidária – Entes federativos – <i>O fornecimento de medicamentos pelo Estado – Lúcia Léa Guimarães Tavares</i>	101
FREITAS, Marcelo Cinelli de Paula – cessão de uso – imóvel estadual – Possibilidade de revogação por parte do Poder Público – Prazo determinado – Provável indenização – <i>Parecer nº 13/2000</i>	275
FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA – regime societário – Código Civil de 2002 – Direito Comercial – Direito Civil – Unificação – Sociedades personificadas – Sociedades não-personificadas – Teoria da empresa – Preservação da unidade econômica – Autonomia patrimonial – Teoria da desconsideração da personalidade jurídica – <i>Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil – Carla C. Marshall</i>	65

G

GARCIA, Flávio Amaral – ato ilegal – Anulação – Direito da Administração Pública – Imprescritibilidade – Pagamento de vantagem pecuniária – Valores pagos indevidamente – Possibilidade de ressarcimento – Pretensão ressarcitória – Prazo prescricional vintenário – Permissão de uso – Licitação deserta – Aproveitamento das propostas – Possibilidade – Camarotes do Maracanã – Justificativa discricionária – <i>Parecer nº 06/2000</i>	399
GARCIA, Flávio Amaral – Contestação – ação popular – procedimento licitatório – sustação – interesse de agir – ausência – lesividade – inexistência – objeto contratual – reprodução gráfica – licitude – Lei nº 9.504/97 – contrato administrativo – extinção – cessão – transferência – subcontratação – <i>O Estado em Juízo</i>	476
GOVERNADORES DO ESTADO – pensão vitalícia – Revisão – Inviabilidade – Inexistência de norma correspondente – Constituição Federal – Constituição Estadual – Ausência de previsão em Lei Ordinária – <i>Parecer nº 01/2001 – Luiz Fernando Rodrigues dos Santos</i>	243
GREVE – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Cíveis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva</i>	27

H

HIERARQUIZAÇÃO AXIOLÓGICA – princípios constitucionais – Prevalência – Hierarquização valorativa – Impossibilidade – Dignidade da pessoa humana – Inexistência de primazia absoluta – Conceitos indeterminados – Mutações históricas – Limites – Direitos sociais – Direitos humanos – Proteção – Contrato Social – Preservação – <i>Hierarquização Axiológica de Princípios – Relativização do Princípio da Dignidade da Pessoa e o Postulado da preservação do Contrato Social – Valter Shuenquener de Araújo</i>	82
--	----

I

ICMS – Recurso Especial – tributo – compensação – Adicional de Imposto de Renda – ausência de lei autorizativa – ilegalidade – <i>Gustavo Amaral Martins – Prêmio Jurídico José Carlos Barbosa Moreira – Assuntos Gerais</i>	506
IMPRESCRITIBILIDADE – ato ilegal – Anulação – Direito da Administração Pública – Pagamento de vantagem pecuniária – Valores pagos indevidamente – Possibilidade de ressarcimento – Pretensão ressarcitória – Prazo prescricional vintenário – Permissão de uso – Licitação deserta – Aproveitamento das propostas – Possibilidade – Camarotes do Maracanã – Justificativa discricionária – <i>Parecer nº 06/2000 – Flávio Amaral Garcia</i>	399

IMPRESCRITIBILIDADE – Vantagens pecuniárias indevidas – pagamentos – atos ilegais – anulação – Administração Pública – <i>Parecer nº 05/2001 – Marcelo Lopes da Silva</i>	259
INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL – Vantagens remuneratórias – dispositivo concessivo – Chefe do Poder Executivo – inobservância – ato determinado – possibilidade – beneficiários de boa-fé – vantagens percebidas – ressarcimento – impossibilidade – <i>Parecer nº 04/2001 – Marcelo Lopes da Silva</i>	251
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Alteração do convênio – Nova Autorização legislativa – alienação de ações – licitação – necessidade – Obediência à legislação e ao acordo de acionistas – Adimplemento pelo Estado – Cobrança judicial – Transação – <i>Parecer conjunto s/nº 2001 – Paulo Henrique Spilotros Costa – Marcos Juruena Villela Souto – Henrique Bastos Rocha – Sérgio Luiz Barbosa Neves</i>	215
INTERVENÇÃO LITISCONSORCIAL VOLUNTÁRIA ATIVA – Agravo Regimental – mandado de segurança – admissão após medida liminar – inconstitucionalidade – ilegalidade – juiz natural – contraditório – ampla defesa – fundamentação das decisões judiciais – <i>Flávio de Araújo Willemann – O Estado em Juízo</i>	449
INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO – legislativo estadual – restrição – Plantio de eucalipto – Transgressão – Princípios constitucionais – ilegitimidade – Ordem econômica – Competência da União – Usurpação – Isonomia – Violação – Princípios da Separação e Independência dos Poderes – Medida Restritiva – Polícia administrativa – Poder Executivo – Função privativa – Proporcionalidade – Sacrifício a direitos patrimoniais – prévia indenização – Devido processo legal – <i>Pode o Legislativo Estadual proibir atividades que são permitidas no resto do País (Lei Capixaba nº 6.780/2001)? – Maria Luiza Werneck dos Santos</i>	175
ISONOMIA – metas de consumo de energia – Estado do Rio de Janeiro – Irrazoabilidade – Critérios formulados – Câmara de Gestão da Crise Energética – Dignidade humana – Possibilidade de medida judicial – Estudo técnico pertinente – <i>Parecer nº 26/2001 – Paulo Henrique Spilotros Costa</i> .	287
ISONOMIA PROCESSUAL – Recurso Ordinário – Mandado de Segurança – direito tributário – procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – Conselho de Contribuintes – recurso hierárquico – Secretário de Estado de Fazenda – órgão colegiado – natureza definitiva – devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 11.976-RJ – Poder Judiciário</i>	426
ITD – prazo para pagamento – pensão alimentícia – renúncia – Cobrança do ITD – Excesso de meação ideal ou quinhão – competência tributária – conflito – Necessidade de Lei Complementar Nacional – <i>Parecer nº 01/2000 – Fábio Giusto Moralli</i>	384
Promoção s/nº/2000 – Carlos Callage – ao Parecer nº 01/2000 – Fábio Giusto Moralli.....	390

J

JUIZ NATURAL – Agravo Regimental – mandado de segurança – intervenção litisconsorcial voluntária ativa – admissão após medida liminar – inconstitucionalidade – ilegalidade – contraditório – ampla defesa – fundamentação das decisões judiciais – *Flávio de Araújo Willemann – O Estado em Juízo*....

L

LEGALIDADE – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Greve – Conflitos coletivos – *Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva*.....

LEGISLATIVO ESTADUAL – restrição – Plantio de eucalipto – Transgressão – Princípios constitucionais – Intervenção no domínio econômico – ilegitimidade – Ordem econômica – Competência da União – Usurpação – Isonomia – Violação – Princípios da Separação e Independência dos Poderes – Medida Restritiva – Polícia administrativa – Poder Executivo – Função privativa – Proporcionalidade – Sacrifício a direitos patrimoniais – prévia indenização – Devido processo legal – *Pode o Legislativo Estadual proibir atividades que são permitidas no resto do País (Lei Capixaba nº 6.780/2001)? – Maria Luiza Werneck dos Santos*.....

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 62/90 – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº (68) 497-2-RJ – Lei Complementar Estadual nº 68/90 – Lei Complementar Estadual nº 63/90 – controle concentrado de constitucionalidade – alteração constitucional superveniente – prejudicial – *Poder Judiciário* 411

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 63/90 – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº (68) 497-2-RJ – Lei Complementar Estadual nº 68/90 – Lei Complementar Estadual nº 62/90 – controle concentrado de constitucionalidade – alteração constitucional superveniente – prejudicial – *Poder Judiciário* 411

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 68/90 – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº (68) 497-2-RJ – Lei Complementar Estadual nº 62/90 – Lei Complementar Estadual nº 63/90 – controle concentrado de constitucionalidade – alteração constitucional superveniente – prejudicial – *Poder Judiciário* 411

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Terceirizações – despesa – classificação – Substituição de pessoal – Outras despesas de pessoal – *Parecer nº 05/2001 – Marcos Juruena Villela Souto*.....

LEI DE RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL – Reconhecimento de dívida – Não revogação do Instituto – *Parecer nº 07/2000 – Marcos Juruena Villela Souto*.....

LEI ESTADUAL Nº 3.459/2000 – Representação por inconstitucionalidade nº 141/2000 – escolas da rede pública – ensino religioso confessional – vícios materiais e formais – crença religiosa – ecumenismo – confessionalismo

religioso – liberdade de religião – princípio fundamental – magistério – habilitação específica – discriminação – inexistência – religiões diversas – Poder Judiciário.....	439
LEI Nº 9.504/97 – Contestação – ação popular – procedimento licitatório – sustação – interesse de agir – ausência – lesividade – inexistência – objeto contratual – reprodução gráfica – licitude – contrato administrativo – extinção – cessão – transferência – subcontratação – <i>Flávio Amaral Garcia – O Estado em Juízo</i>	476
LEI Nº 9.962/2000 – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva</i>	27
LEI ORGÂNICA – Polícia Civil Estadual – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – medida liminar – conveniência – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – observância – Poder Constituinte Decorrente – <i>Poder Judiciário</i>	419
LEI ORGÂNICA – Ação Direta de Inconstitucionalidade – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – Polícia Civil – Poder Constituinte Decorrente – Lei Complementar – inexigibilidade – lei ordinária – Chefe do Poder Executivo – iniciativa exclusiva – cerceamento – simetria – inobservância – <i>Decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – Gustavo Binenbojm – O Estado em Juízo</i>	464
LESIVIDADE – Contestação – ação popular – procedimento licitatório – sustação – interesse de agir – ausência – inexistência – objeto contratual – reprodução gráfica – licitude – Lei nº 9.504/97 – contrato administrativo – extinção – cessão – transferência – subcontratação – <i>Flávio Amaral Garcia – O Estado em Juízo</i>	476
LIBERDADE DE RELIGIÃO – Representação por inconstitucionalidade nº 141/2000 – Lei Estadual nº 3.459/2000 – escolas da rede pública – ensino religioso confessional – vícios materiais e formais – crença religiosa – ecumenismo – confessionalismo religioso – princípio fundamental – magistério – habilitação específica – discriminação – inexistência – religiões diversas – <i>Poder Judiciário</i>	439
LICITAÇÃO – alienação de ações – necessidade – Obediência à legislação e ao acordo de acionistas – Adimplemento pelo Estado – Cobrança judicial – Transação – Inexigibilidade de licitação – Alteração do convênio – Nova Autorização legislativa – <i>Parecer conjunto s/nº 2001 – Paulo Henrique Spilotros Costa – Marcos Jurueña Villela Souto – Henrique Bastos Rocha – Sérgio Luiz Barbosa Neves</i>	215
LICITAÇÃO DESERTA – ato ilegal – Anulação – Direito da Administração Pública – Imprescritibilidade – Pagamento de vantagem pecuniária – Valores	

pagos indevidamente – Possibilidade de ressarcimento – Pretensão ressarcitória – Prazo prescricional vintenário – Permissão de uso – Aproveitamento das propostas – Possibilidade – Camarotes do Maracanã – Justificativa discricionária – <i>Parecer nº 06/2000 – Flávio Amaral Garcia</i>	399
---	-----

M

MANDADO DE SEGURANÇA – Agravo Regimental – intervenção litisconsorcial voluntária ativa – admissão após medida liminar – inconstitucionalidade – ilegalidade – juiz natural – contraditório – ampla defesa – fundamentação das decisões judiciais – <i>Flávio de Araújo Willeman – O Estado em Juízo</i>	449
MANDADO DE SEGURANÇA – Recurso Ordinário – direito tributário – procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – Conselho de Contribuintes – recurso hierárquico – Secretário de Estado de Fazenda – órgão colegiado – natureza definitiva – isonomia processual – devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 11.976-RJ – Poder Judiciário</i>	426
MARSHALL, Carla C. – Regime societário – Código Civil de 2002 – Direito Comercial – Direito Civil – Unificação – Sociedades personificadas – Sociedades não-personificadas – Teoria da empresa – Função social da empresa – Preservação da unidade econômica – Autonomia patrimonial – Teoria da desconsideração da personalidade jurídica – <i>Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil</i>	65
MARTINS, Gustavo Amaral – Recurso Especial – tributo – compensação – Adicional de Imposto de Renda – ICMS – ausência de lei autorizativa – ilegalidade – <i>Prêmio Jurídico José Carlos Barbosa Moreira – Assuntos Gerais</i> 506	
MEDIDA LIMINAR – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – conveniência – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – observância – Lei Orgânica – Polícia Civil Estadual – Poder Constituinte Decorrente – <i>Poder Judiciário</i>	419
METAS DE CONSUMO DE ENERGIA – Estado do Rio de Janeiro – Irrazoabilidade – Critérios formulados – Câmara de Gestão da Crise Energética – Isonomia – Dignidade humana – Possibilidade de medida judicial – Estudo técnico pertinente – <i>Parecer nº 26/2001 – Paulo Henrique Spilotros Costa</i> . 287	
MONOPÓLIOS ESTATAIS – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Atividades privadas de interesse público – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico – Alexandre Santos de Aragão</i>	137
MONTEBELLO, Marianna Souza Soares – Cargo em comissão – Reembolso de quantias pagas – Servidor cedido – Atribuição do órgão ou entidade cedente – <i>Parecer nº 02/2001</i>	248
MOROLLI, Fábio Giusto – ITD – prazo para pagamento – pensão alimentícia – renúncia – Cobrança do ITD – Excesso de meação ideal ou quinhão –	

competência tributária – conflito – Necessidade de Lei Complementar Nacional – <i>Parecer nº 01/2000</i>	384
<i>Promoção s/nº/2000 – Carlos Callage – ao Parecer nº 01/2000 – Fábio Giusto Morolli</i>	390

N

NECESSIDADE DO SERVIÇO – férias cumuladas – Impossibilidade de conversão em pecúnia – Vedação da contagem em dobro para aposentadoria – Direito fundamental – Princípio da vedação do enriquecimento sem causa – <i>Parecer nº 01/2002 – Gustavo Binenbojm</i>	236
NEVES, Cristiane Lucidi Machado – empresa pública – Definição – EMATER – Impenhorabilidade de bens – Exegese do art. 173, §§ 1º e 2º, da Constituição da República – Determinação por decreto – Inconstitucionalidade – <i>Parecer nº 05/2000</i>	403
NEVES, Sérgio Luiz Barbosa; COSTA, Paulo Henrique Spilotros; SOUTO, Marcos Juruena Villela; ROCHA, Henrique Bastos; – alienação de ações – licitação – necessidade – Obediência à legislação e ao acordo de acionistas – Adimplemento pelo Estado – Cobrança judicial – Transação – Inexigibilidade de licitação – Alteração do convênio – Nova autorização legislativa – <i>Parecer conjunto s/nº 2001</i>	215

P

PAIVA, Leonor Nunes de – Regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis</i>	27
PENSÃO ALIMENTÍCIA – Renúncia – Cobrança do ITD – Excesso de meação ideal ou quinhão – ITD – prazo para pagamento – Conflito de competência tributária – Necessidade de Lei Complementar Nacional – <i>Parecer nº 01/2000 – Fábio Giusto Morolli</i>	384
<i>Promoção s/nº/2000 – Carlos Callage – ao Parecer nº 01/2000 – Fábio Giusto Morolli</i>	390
PENSÃO VITALÍCIA – Revisão – Governadores do Estado – Inviabilidade – Inexistência de norma correspondente – Constituição Federal – Constituição Estadual – Ausência de previsão em Lei Ordinária – <i>Parecer nº 01/2001 – Luiz Fernando Rodrigues dos Santos</i>	243
PERMISSÃO DE USO – ato ilegal – Anulação – Direito da Administração Pública – Imprescritibilidade – Pagamento de vantagem pecuniária – Valores pagos indevidamente – Possibilidade de ressarcimento – Pretensão ressarcitória – Prazo prescricional vintenário – Licitação deserta – Aproveitamento	

das propostas – Possibilidade – Camarotes do Maracanã – Justificativa discricionária – *Parecer nº 06/2000 – Flávio Amaral Garcia*

PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DE ESTADO – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva</i>	27
PODER CONSTITUINTE DECORRENTE – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314 – 4-RJ – medida liminar – conveniência – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – observância – Lei Orgânica – Polícia Civil Estadual – <i>Poder Judiciário</i>	419
PODER CONSTITUINTE DECORRENTE – Ação Direta de Inconstitucionalidade – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – Polícia Civil – Lei Orgânica – Lei Complementar – inexigibilidade – lei ordinária – Chefe do Poder Executivo – iniciativa exclusiva – cerceamento – simetria – inobservância – <i>Decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – Gustavo Binenbojm – O Estado em Juízo</i>	464
PODER REGULAMENTAR – exercício – portaria do DETRAN – Código de trânsito brasileiro – Transferência de veículo – Seqüência de registro – Vedação – Inexistência – Predomínio do interesse público – Decreto legislativo incabível – <i>Parecer nº 01/2001 – Hugo Travassos Sette e Camara</i>	392
POLÍCIA ADMINISTRATIVA – legislativo estadual – restrição – Plantio de eucalipto – Transgressão – Princípios constitucionais – intervenção no domínio econômico – ilegitimidade – Ordem econômica – Competência da União – Usurpação – Isonomia – Violação – Princípios da Separação e Independência dos Poderes – Medida Restritiva – Poder Executivo – Função privativa – Proporcionalidade – Sacrifício a direitos patrimoniais – prévia indenização – Devido processo legal – <i>Pode o Legislativo Estadual proibir atividades que são permitidas no resto do País (Lei Capixaba nº 6.780/2001)? – Maria Luiza Werneck dos Santos</i>	175
POLÍCIA CIVIL – Ação Direta de Inconstitucionalidade – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – Lei Orgânica – Poder Constituinte Decorrente – Lei Complementar – inexigibilidade – lei ordinária – Chefe do Poder Executivo – iniciativa exclusiva – cerceamento – simetria – inobservância – <i>Decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – Gustavo Binenbojm – O Estado em Juízo</i>	464
POLÍCIA CIVIL ESTADUAL – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – medida liminar – conveniência – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – observância – Lei Orgânica – Poder Constituinte Decorrente – <i>Poder Judiciário</i>	419

PORTARIA DO DETRAN – Código de trânsito brasileiro – Transferência de veículo – Sequência de registro – Vedação – poder regulamentar – exercício – Inexistência – Predomínio do interesse público – Decreto legislativo incabível – <i>Parecer nº 01/2001 – Hugo Travassos Sette e Camara</i>	392
PRESERVAÇÃO DA UNIDADE ECONÔMICA – regime societário – Código Civil de 2002 – Direito Comercial – Direito Civil – Unificação – Sociedades personificadas – Sociedades não-personificadas – Teoria da empresa – Função social da empresa – Autonomia patrimonial – Teoria da desconsideração da personalidade jurídica – <i>Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil – Carla C. Marshall</i>	65
PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE – ato administrativo – contratação por prazo determinado – concurso público – Regime Celetista – Princípios e regras jurídicas – Diferenças – Declaração de nulidade – Contratações inconstitucionais – Indenização – Prevalência do interesse público – Desvio de poder – <i>O Princípio do Concurso Público e a Contratação por prazo determinado – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho</i>	112
PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE – prova de filiação – Efeitos previdenciários – Inexistência de fundamento para negar o pensionamento – Validade da certidão de nascimento – Ação de Investigação de paternidade – Desnecessidade – <i>Parecer s/nº 2000 – Carlos Augusto Zanandrea</i>	371
PRIMAZIA DA REALIDADE – Contrato realidade – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva</i>	27
PRINCÍPIO FEDERATIVO – Limites estaduais, municipais ou federal – Não extensão – Impedimento – Restrição aos órgãos e entidades do Estado – direito de licitar – Suspensão temporária – Abrangência da penalidade – <i>Parecer nº 23/2001 – Paolo Henrique Spilotros Costa</i>	297
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS – Prevalência – Hierarquização axiológica – Hierarquização valorativa – Impossibilidade – Dignidade da pessoa humana – Inexistência de primazia absoluta – Conceitos indeterminados – Mutações históricas – Limites – Direitos sociais – Direitos humanos – Proteção – Contrato Social – Preservação – <i>Hierarquização Axialógica de Princípios – Relativização do Princípio da Dignidade da Pessoa e o Postulado da preservação do Contrato Social – Valter Shuenquener de Araújo</i>	82
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL – Recurso Ordinário – Mandado de Segurança – direito tributário – instância especial – possibilidade – Conselho de Contribuintes – recurso hierárquico – Secretário de Estado de Fazenda – órgão colegiado – natureza definitiva – isonomia processual – devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 11.976-RJ – Poder Judiciário</i>	426
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – Contestação – ação popular – sustação – interesse de agir – ausência – lesividade – inexistência – objeto contratual –	

reprodução gráfica – licitude – Lei nº 9.504/97 – contrato administrativo – extinção – cessão – transferência – subcontratação – <i>Flávio Amaral Garcia – O Estado em Juízo</i>	476
PROCESSO LEGISLATIVO – Ação Direta de Inconstitucionalidade – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – normas federais – Polícia Civil – Lei Orgânica – Poder Constituinte Decorrente – Lei Complementar – inexistência – lei ordinária – Chefe do Poder Executivo – iniciativa exclusiva – cerceamento – simetria – inobservância – <i>Decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – Gustavo Binenbojm – O Estado em Juízo</i>	464
PROCESSO LEGISLATIVO – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ – medida liminar – conveniência – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – normas federais – observância – Lei Orgânica – Polícia Civil Estadual – Poder Constituinte Decorrente – <i>Poder Judiciário</i>	419
PROJETO DE LEI Nº 5.483/2001 – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva</i>	27
PROMOTOR NATURAL – violação – ação civil pública – Pedido liminar – Resposta em peça única – Separação de poderes – Superlotação de unidade prisional – Incompetência do Ministério Público – Competência do juízo da execução penal – ausência de pressuposto processual – Carência de ação – Utilização da via administrativa – Omissão estatal irrelevante – Discricionariedade administrativa – Atos tipicamente políticos – <i>Ação Civil Pública e Separação de Poderes – Da Interferência do Ministério Público no exercício da discricionariedade político-administrativa do Estado – um estudo de caso – Raphael Augusto Soffati de Queiroz</i>	194
PROPORCIONALIDADE – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico – Alexandre Santos de Aragão</i>	137
PROPORCIONALIDADE – Legislativo Estadual – restrição – Plantio de eucalipto – Transgressão – Princípios constitucionais – intervenção no domínio econômico – ilegitimidade – Ordem econômica – Competência da União – Usurpação – Isonomia – Violação – Princípios da Separação e Independência dos Poderes – Medida Restritiva – Polícia administrativa – Poder Executivo – Função privativa – Sacrifício a direitos patrimoniais – prévia indenização – Devido processo legal – <i>Pode o Legislativo Estadual proibir</i>	

atividades que são permitidas no resto do País (Lei Capixaba nº 6.780/2001)? – Maria Luiza Werneck dos Santos..... 175

PROVA DE FILIAÇÃO – Efeitos previdenciários – Presunção de paternidade – Inexistência de fundamento para negar o pensionamento – Validade da certidão de nascimento – Ação de Investigação de paternidade – Desnecessidade – Parecer s/nº 2000 – Carlos Augusto Zanandrea..... 371

Q

QUEIROZ, Raphael Augusto Sofiati de – Ação civil pública – Pedido liminar – Resposta em peça única – Separação de poderes – Superlotação de unidade prisional – Incompetência do Ministério Público – Competência do juízo da execução penal – promotor natural – violação – ausência de pressuposto processual – Carência de ação – Utilização da via administrativa – Omissão estatal irrelevante – Discricionariedade administrativa – Atos tipicamente políticos – Ação Civil Pública e Separação de Poderes – Da Interferência do Ministério Público no exercício da discricionariedade político-administrativa do Estado – um estudo de caso..... 194

R

RAZÃO PÚBLICA – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico – Alexandre Santos de Aragão..... 137

RECURSO ESPECIAL – tributo – compensação – Adicional de Imposto de Renda – ICMS – ausência de lei autorizativa – ilegalidade – Gustavo Amaral Martins – Prêmio Jurídico José Carlos Barbosa Moreira – Assuntos Gerais 506

RECURSO HIERÁRQUICO – Recurso Ordinário – Mandado de Segurança – direito tributário – procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – Conselho de Contribuintes – Secretário de Estado de Fazenda – órgão colegiado – natureza definitiva – isonomia processual – devido processo legal – Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 11.976-RJ – Poder Judiciário 426

RECURSO ORDINÁRIO – Mandado de Segurança – direito tributário – procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – Conselho de Contribuintes – recurso hierárquico – Secretário de Estado de Fazenda – órgão colegiado – natureza definitiva – isonomia processual – devido processo legal – Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 11.976-RJ – Poder Judiciário 426

REENQUADRAMENTO – empregado de empresa pública – Direito adquirido – Parecer nº 03/2000 – Renata Guimarães Soares Bechara. 376

Promoção s/nº/2000 – Victor Farjalla – ao Parecer nº 03/2000 – Renata Guimarães Soares Bechara..... 381

REGIME CELETISTA – contratação por prazo determinado – concurso público – Princípios e regras jurídicas – Diferenças – Declaração de nulidade – Contratações inconstitucionais – Presunção de legalidade do ato administrativo – Indenização – Prevalência do interesse público – Desvio de poder – O Princípio do Concurso Público e a Contratação por prazo determinado – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho..... 112

REGIME JURÍDICO – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva 27

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva..... 27

REGIME JURÍDICO ÚNICO – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Servidores Públicos Civis – Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva..... 27

REGIME SOCIETÁRIO – Código Civil de 2002 – Direito Comercial – Direito Civil – Unificação – Sociedades personificadas – Sociedades não-personificadas – Teoria da empresa – Função social da empresa – Preservação da unidade econômica – Autonomia patrimonial – Teoria da desconsideração da personalidade jurídica – Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil – Carla C. Marshall 65

REGULAÇÃO ECONÔMICA – Mecanismos – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico – Alexandre Santos de Aragão..... 137

RELAÇÕES DE SUJEIÇÃO ESPECIAL – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Agências

Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico – Alexandre Santos de Aragão</i>	137
REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE Nº 141/2000 – Lei Estadual nº 3.459/2000 – escolas da rede pública – ensino religioso confessional – vícios materiais e formais – crença religiosa – ecumenismo – confessionalismo religioso – liberdade de religião – princípio fundamental – magistério – habilitação específica – discriminação – inexistência – religiões diversas – <i>Poder Judiciário</i>	439
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA – direito à saúde – Defesa do Estado – Proteção do direito à vida – Constituição Federal art. 196 – Dever do Estado – Fornecimento de medicamentos – Entes federativos – <i>O fornecimento de medicamentos pelo Estado – Lúcia Léa Guimarães Tavares</i>	101
RESTRIÇÃO – Legislativo estadual – Plantio de eucalipto – Transgressão – Princípios constitucionais – Intervenção no domínio econômico – ilegitimidade – Ordem econômica – Competência da União – Usurpação – Isonomia – Violação – Princípios da Separação e Independência dos Poderes – Medida Restritiva – Polícia administrativa – Poder Executivo – Função privativa – Princípio da Proporcionalidade – Sacrifício a direitos patrimoniais – prévia indenização – Devido processo legal – <i>Pode o Legislativo Estadual proibir atividades que são permitidas no resto do País (Lei Capixaba nº 6.780/2001)? – Maria Luiza Werneck dos Santos</i>	175
REVISÃO – pensão vitalícia – Governadores do Estado – Inviabilidade – Inexistência de norma correspondente – Constituição Federal – Constituição Estadual – Ausência de previsão em Lei Ordinária – <i>Parecer nº 01/2001 – Luiz Fernando Rodrigues dos Santos</i>	243
ROCHA, Henrique Bastos; COSTA, Paolo Henrique Spilotros; SOUTO, Marcos Juruena Villela; NEVES, Sérgio Luiz Barbosa – alienação de ações – licitação – necessidade – Obediência à legislação e ao acordo de acionistas – Adimplemento pelo Estado – Cobrança judicial – Transação – Inexigibilidade de licitação – Alteração do convênio – Nova Autorização legislativa – <i>Parecer conjunto s/nº 2001</i>	215
ROCHA, Henrique Bastos; SOUTO, Marcos Juruena Villela – Sociedade de Propósito Específico (SPE) – Securitização de recebíveis – <i>Royalties</i> do petróleo – Contratação do Banco do Brasil – Noção de securitização – Definição de operação de crédito – Comparação – Cessão – Valores recebíveis – Fiscalização e controle – Atividades da SPE – agente fiduciário dos debenturistas – ação preferencial de classe especial (<i>Golden Share</i>) – <i>Parecer conjunto nº 01/2001</i>	304
S	
SANTOS, Luiz Fernando Rodrigues dos – pensão vitalícia – Revisão – Governadores do Estado – Inviabilidade – Inexistência de norma correspondente – Constituição Federal – Constituição Estadual – Ausência de previsão em Lei Ordinária – <i>Parecer nº 01/2001</i>	243

SANTOS, Maria Luiza Werneck dos – Legislativo Estadual – restrição – Plantio de eucalipto – Transgressão – Princípios constitucionais – intervenção no domínio econômico – ilegitimidade – Ordem econômica – Competência da União – Usurpação – Isonomia – Violação – Princípios da Separação e Independência dos Poderes – Medida Restritiva – Polícia administrativa – Poder Executivo – Função privativa – Proporcionalidade – Sacrifício a direitos patrimoniais – prévia indenização – Devido processo legal – <i>Pode o Legislativo Estadual proibir atividades que são permitidas no resto do País (Lei Capixaba nº 6.780/2001)?</i>	175
SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS – Sociedade de Propósito Específico (SPE) – <i>Royalties</i> do petróleo – Contratação do Banco do Brasil – Noção de securitização – Definição de operação de crédito – Comparação – Cessão – Valores recebíveis – Fiscalização e controle – Atividades da SPE – agente fiduciário dos debenturistas – ação preferencial de classe especial (<i>Golden Share</i>) – <i>Parecer conjunto nº 01/2001 – Marcos Juruena Villela Souto – Henrique Bastos Rocha</i>.....	304
SEPARAÇÃO DE PODERES – Ação civil pública – Pedido liminar – Resposta em peça única – Superlotação de unidade prisional – Incompetência do Ministério Público – Competência do juízo da execução penal – promotor natural – violação – ausência de pressuposto processual – Carência de ação – Utilização da via administrativa – Omissão estatal irrelevante – Discricionariedade administrativa – Atos tipicamente políticos – <i>Ação Civil Pública e Separação de Poderes – Da Interferência do Ministério Público no exercício da discricionariedade político-administrativa do Estado – um estudo de caso – Raphael Augusto Sofiati de Queiroz</i>	194
SERVIÇO PÚBLICO – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico – Alexandre Santos de Aragão</i>	137
SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS – regime jurídico – CLT – Aplicabilidade – Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado – Eficiência – Administração Pública – Formas – Regime jurídico único – Lei nº 9.962/2000 – Flexibilização – desregulamentação – Projeto de Lei nº 5.483/2001 – Administração pública gerencial – Direito do Trabalho unificado – Primazia da realidade – Contrato realidade – Regime Jurídico Administrativo – Legalidade – Greve – Conflitos coletivos – <i>Aplicabilidade da CLT como regime jurídico único dos servidores públicos civis – Leonor Nunes de Paiva</i>	27
SILVA, Marcelo Lopes da – Vantagens pecuniárias indevidas – pagamentos – atos ilegais – anulação – Administração Pública – imprescritibilidade – <i>Parecer nº 05/2001</i>	259
SILVA, Marcelo Lopes da – Vantagens remuneratórias – dispositivo concessivo – inconstitucionalidade formal – Chefe do Poder Executivo – inobservância – ato determinado – possibilidade – beneficiários de boa-fé – vantagens percebidas – ressarcimento – impossibilidade – <i>Parecer nº 04/2001</i>	251

SIMETRIA – Ação Direta de Inconstitucionalidade – artigo 118, parágrafo único, X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – processo legislativo – normas federais – Polícia Civil – Lei Orgânica – Poder Constituinte Decorrente – Lei Complementar – inexigibilidade – lei ordinária – Chefe do Poder Executivo – iniciativa exclusiva – cerceamento – inobservância – <i>Decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.314-4-RJ</i> – Gustavo Binenbojm – <i>O Estado em Juízo</i> 464	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) – Securitização de recebíveis – <i>Royalties</i> do petróleo – Contratação do Banco do Brasil – Noção de securitização – Definição de operação de crédito – Comparação – Cessão – Valores recebíveis – Fiscalização e controle – Atividades da SPE – O papel do agente fiduciário dos debenturistas – A ação preferencial de classe especial (<i>Golden Share</i>) – <i>Parecer conjunto nº 01/2001</i> – Marcos Juruena Villela Souto – Henrique Bastos Rocha 304	
SOCIEDADES NÃO-PERSONIFICADAS – Sociedades personificadas – regime societário – Código Civil de 2002 – Direito Comercial – Direito Civil – Unificação – Teoria da empresa – Função social da empresa – Preservação da unidade econômica – Autonomia patrimonial – Teoria da desconsideração da personalidade jurídica – <i>Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil</i> – Carla C. Marshall 65	
SOCIEDADES PERSONIFICADAS – Sociedades não-personificadas – regime societário – Código Civil de 2002 – Direito Comercial – Direito Civil – Unificação – Teoria da empresa – Função social da empresa – Preservação da unidade econômica – Autonomia patrimonial – <i>Teoria da desconsideração da personalidade jurídica</i> – <i>Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil</i> – Carla C. Marshall 65	
SOUTO , Marcos Juruena Villela – bem público – Estádio de futebol – Construção – Financiamento – Venda de títulos em caráter perpétuo – concessão de uso – “Taxa” de manutenção e conservação das “cadeiras perpétuas” no Estádio do Maracanã – Direito adquirido ao não pagamento de custos de preservação do bem sobre o qual o direito é exercido – Inexistência – <i>Parecer nº 01/2000</i> 337	
SOUTO , Marcos Juruena Villela – Lei de Responsabilidade Fiscal – Terceirizações – despesa – classificação – Substituição de pessoal – Outras despesas de pessoal – <i>Parecer nº 05/2001</i> 352	
SOUTO , Marcos Juruena Villela – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal – Reconhecimento de dívida – Não revogação do Instituto – <i>Parecer nº 07/2000</i> 360	
SOUTO , Marcos Juruena Villela; COSTA, Paulo Henrique Spilotros; ROCHA, Henrique Bastos; NEVES, Sérgio Luiz Barbosa – alienação de ações – licitação – necessidade – Obediência à legislação e ao acordo de acionistas – Adimplemento pelo Estado – Cobrança judicial – Transação – Inexigibilidade de licitação – Alteração do convênio – Nova Autorização legislativa – <i>Parecer conjunto s/nº/2001</i> 215	
SOUTO , Marcos Juruena Villela; ROCHA, Henrique Bastos – Sociedade de Propósito Específico (SPE) – Securitização de recebíveis – <i>Royalties</i> do petróleo – Contratação do Banco do Brasil – Noção de securitização –	

Definição de operação de crédito – Comparação – Cessão – Valores recebíveis – Fiscalização e controle – Atividades da SPE – agente fiduciário dos debenturistas – ação preferencial de classe especial (<i>“Golden Share”</i>) – <i>Parecer conjunto nº 01/2001</i> 304	
SUBCONTRATAÇÃO – Contestação – ação popular – procedimento licitatório – sustação – interesse de agir – ausência – lesividade – inexistência – objeto contratual – reprodução gráfica – licitude – Lei nº 9.504/97 – contrato administrativo – extinção – cessão – transferência – Flávio Amaral Garcia – <i>O Estado em Juízo</i> 476	
SUBSIDIARIEDADE – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Razão pública – Diferença – Supremacia do interesse público – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico</i> – Alexandre Santos de Aragão 137	
SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO – proporcionalidade – Direito econômico – Ordenamento jurídico brasileiro – Serviço público – Atividade econômica – Regulação econômica – Mecanismos – Princípios – Subsidiariedade – Razão pública – Diferença – Relações de sujeição especial – Agências Reguladoras – Monopólios estatais – Atividades privadas de interesse público – <i>O Princípio da Proporcionalidade no Direito Econômico</i> – Alexandre Santos de Aragão 137	

T

TAVARES , Lúcia Léa Guimarães – direito à saúde – Defesa do Estado – Proteção do direito à vida – Constituição Federal art. 196 – Dever do Estado – Fornecimento de medicamentos – Responsabilidade solidária – Entes federativos – <i>O fornecimento de medicamentos pelo Estado</i> 101	
TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – regime societário – Código Civil de 2002 – Direito Comercial – Direito Civil – Unificação – Sociedades personificadas – Sociedades não-personificadas – Teoria da empresa – Função social da empresa – Preservação da unidade econômica – Autonomia patrimonial – <i>Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil</i> – Carla C. Marshall 65	
TEORIA DA EMPRESA – regime societário – Código Civil de 2002 – Direito Comercial – Direito Civil – Unificação – Sociedades personificadas – Sociedades não-personificadas – Função social da empresa – Preservação da unidade econômica – Autonomia patrimonial – <i>Teoria da desconsideração da personalidade jurídica</i> – <i>Aspectos comparativos do regime societário decorrente do novo Código Civil</i> – Carla C. Marshall 65	
TERCEIRIZAÇÕES – Lei de Responsabilidade Fiscal – despesa – classificação – Substituição de pessoal – Outras despesas de pessoal – <i>Parecer nº 05/2001</i> – Marcos Juruena Villela Souto 352	
TRANSFERÊNCIA – Contestação – ação popular – procedimento licitatório – sustação – interesse de agir – ausência – lesividade – inexistência – objeto	

contratual – reprodução gráfica – licitude – Lei nº 9.504/97 – contrato administrativo – extinção – cessão – subcontratação – *Flávio Amaral Garcia – O Estado em Juízo*..... 476

TRIBUTO – Recurso Especial – compensação – Adicional de Imposto de Renda – ICMS – ausência de lei autorizativa – ilegalidade – *Gustavo Amaral Martins – Prêmio Jurídico José Carlos Barbosa Moreira – Assuntos Gerais*..... 506

V

VALORES RECEBÍVEIS – Sociedade de Propósito Específico (SPE) – Securitização de recebíveis – *Royalties* do petróleo – Contratação do Banco do Brasil – Noção de securitização – Definição de operação de crédito – Comparação – Cessão – Fiscalização e controle – Atividades da SPE – agente fiduciário dos debenturistas – ação preferencial de classe especial (*Golden Share*) – *Parecer conjunto nº 01/2001 – Marcos Jurueña Villela Souto – Henrique Bastos Rocha*..... 304

VANTAGENS PECUNIÁRIAS INDEVIDAS – pagamentos – atos ilegais – anulação – Administração Pública – imprescritibilidade – *Parecer nº 05/2001 – Marcelo Lopes da Silva*..... 259

VANTAGENS REMUNERATÓRIAS – dispositivo concessivo – inconstitucionalidade formal – Chefe do Poder Executivo – inobservância – ato determinado – possibilidade – beneficiários de boa-fé – vantagens percebidas – ressarcimento – impossibilidade – *Parecer nº 04/2001 – Marcelo Lopes da Silva*..... 251

W

WILLEMANN, Flávio de Araújo – Agravo Regimental – Mandado de Segurança – intervenção litisconsorcial voluntária ativa – admissão após medida liminar – inconstitucionalidade – ilegalidade – juiz natural – contraditório – ampla defesa – fundamentação das decisões judiciais – *O Estado em Juízo*..... 449

Z

ZANANDRÉA, Carlos Augusto – prova de filiação – Efeitos previdenciários – Presunção de paternidade – Inexistência de fundamento para negar o pensionamento – Validade da certidão de nascimento – Ação de Investigação de paternidade – Desnecessidade – *Parecer s/nº 2000*..... 371